

Documento Base (EQAVET)

*Escola de Viticultura e Enologia da Bairrada
(Escola Profissional de Anadia)*

ÍNDICE

1. OBJETIVO.....	2
2. ESCOLA.....	3
2.1. REFERÊNCIA HISTÓRICA	3
2.2. PERFIL DA ENTIDADE.....	3
2.3. ENQUADRAMENTO LEGAL.....	3
2.4. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E FUNCIONAL.....	3
2.5. LOCALIZAÇÃO.....	5
2.6. CARATERIZAÇÃO MEIO ENVOLVENTE	6
2.7. STAKEHOLDERS.....	8
2.8. OFERTA FORMATIVA.....	8
3. VISÃO ESTRATÉGICA.....	9
4. SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE	10
5. INDICADORES EQAVET	12

1. OBJETIVO

O documento base tem como objetivo apresentar a visão estratégica da instituição, o seu compromisso com a qualidade da oferta de EFP e a caracterização do sistema de garantia da qualidade alinhado com o quadro EQAVET.

O sistema de gestão da escola encontra-se na fase de planeamento de forma a assumir todas as disposições para satisfazer os requisitos da norma NP EN ISO 9001:2015.

2. ESCOLA

2.1. Referência histórica

A Escola Profissional de Viticultura e Enologia da Beira litoral, adiante designada por EPVEBL, tem a sua sede em Anadia. Foi criada no dia 17 de Dezembro de 1999 dando cumprimento ao Decreto-lei nº 4/98.

Esta associação, de utilidade pública, sem fins lucrativos constituiu-se na entidade proprietária da Escola de Viticultura e Enologia da Bairrada, dora avante designada por EVEB, criada por contrato programa assinado com o Ministério da Educação em 2 de Julho de 1991 ao abrigo do D. Lei 26/89.

A Escola de Viticultura e Enologia da Bairrada continuou a funcionar como entidade formadora, passando portanto a ser uma “marca” da entidade proprietária a qual se mantém, usando atualmente também a designação de Escola Profissional de Anadia, uma forma precisa de indicar a sua sede e dar uma imagem lata do âmbito do sua formação, hoje muito mais amplo que a Viticultura e Enologia, que não é possível nas outras designações.

2.2. Perfil da Entidade

A entidade proprietária é uma associação privada de utilidade pública, sem fins lucrativos, com sede na cidade de Anadia.

O seu objeto estatutário atual é: promover a realização de cursos e ações de formação profissional, regendo-se pelo decreto-lei 92/2014 no que à organização, funcionamento, bem como a tutela e fiscalização respeita, pelos seus estatutos e regulamento interno aprovado em Assembleia Geral.

2.3. Enquadramento Legal

A Escola de Viticultura e Enologia da Bairrada é uma instituição de ensino privado, regulada pelos seguintes documentos legais: o Decreto-Lei 92/2014, Portaria 74-A/2013, Lei 51/2012, Lei 7/2009 e Contrato coletivo entre a Associação dos Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo (Boletim do Trabalho e Emprego, n.º 29, 8/8/2015).

2.4. Estrutura Organizacional e Funcional

A EVEB é uma estrutura pedagógica, propriedade da Escola Profissional de Viticultura e Enologia da Beira Litoral. A organização daquela entronca na estrutura estatutária da sua proprietária.

Assim, a estrutura orgânica, definida nos seus estatutos e regulamento interno, assenta nos seguintes órgãos:

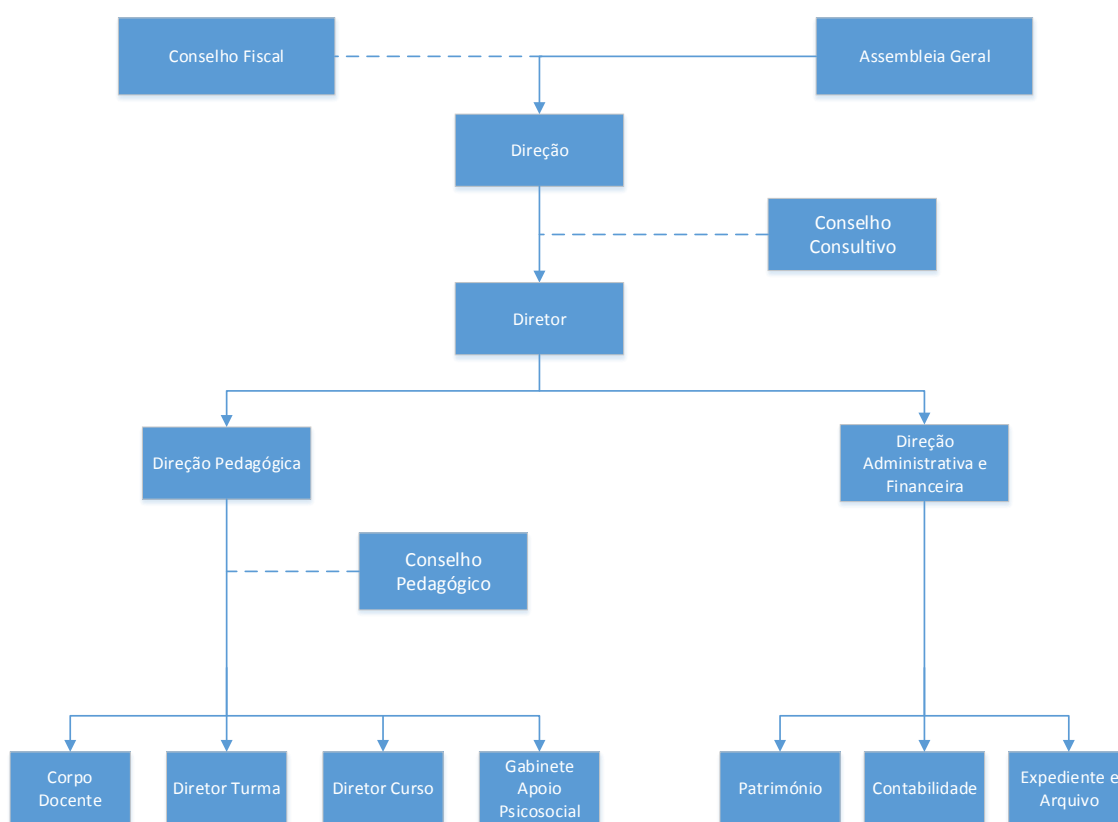
- **Assembleia Geral:** com poderes deliberativos, cabendo-lhe a aprovação e ratificação dos instrumentos e resultados da gestão administrativa e financeira;
- **Conselho Fiscal:** é o órgão fiscalizador e consultivo da Assembleia Geral para os resultados e contas de gerência;

- **A Direção:** Representa, dirige, coordena e orienta os serviços e atividades da Associação;
- **Diretor:** O Diretor é o órgão de administração e gestão da EPVEBL que responde, perante a Direção da Associação, pela gestão administrativa e financeira e de supervisão do processo pedagógico.
- **Direção Administrativa e Financeira:** é um órgão singular de apoio ao Diretor e auditoria em matéria de organização, gestão administrativa, financeira e contabilística;
- **A Direção Pedagógica:** é um órgão singular, que reporta à Direção, com competências definidas no artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 92/2014, de 20 de junho, competindo-lhe:
 1. Organizar os cursos e demais atividades de formação, certificar os conhecimentos adquiridos; Conceber o projeto educativo da escola, adotar, assegurar e controlar a avaliação de conhecimentos dos alunos e promover e assegurar um ensino de qualidade;
 2. Representar a escola profissional junto da respetiva tutela em todos os assuntos de natureza pedagógica;
 3. Planificar e acompanhar as atividades curriculares;
 4. Promover o cumprimento dos planos e programas de estudos; gerir, coordenar, monitorizar e certificar todos os elementos e atividades envolvidos no processo de ensino/aprendizagem.
- **Conselho Consultivo**
 1. O Conselho Consultivo é o Órgão previsto no art.º 27º do Decreto-Lei nº 92/2014, sendo constituído por representantes dos alunos, dos pais ou encarregados de educação, dos docentes e dos órgãos de direção da escola, bem como de instituições e organismos locais representativos do setor económico e social e das empresas parceiras na formação.
 2. Ao órgão consultivo referido no número anterior compete, designadamente:
 - a. Dar parecer sobre o projeto educativo da escola;
 - b. Dar parecer sobre os cursos de ensino e formação profissional dual e outras ofertas educativas e formativas.
- **Conselho Pedagógico:** o Conselho Pedagógico é um órgão consultivo para apoio à gestão e orientação pedagógico/didática, presidido pelo Diretor técnico-pedagógico.
- **Diretor de Curso:** o Diretor de Curso monitoriza e coordena todas as ações conducentes ao sucesso do curso de que é responsável. Promove a interligação e a coordenação curricular entre as diferentes componentes formativas. Prepara e coordena as formações em contexto de trabalho e toda a atividade conducente ao desenvolvimento do Projeto da Prova de Aptidão Profissional (PAP);
- **Diretor de Turma:** o Diretor de Turma para além das competências consignadas na Portaria 74-A/2013 de 15 de fevereiro, a intervenção do diretor de turma reveste

especial importância no processo de ensino/aprendizagem dos alunos e deve desenvolver-se de forma articulada a quatro níveis fundamentais: na relação com os professores da turma; na relação com os pais/encarregados de educação e na execução de tarefas administrativas;

- **Gabinete de Apoio Psicossocial:** o gabinete de Apoio Psicossocial é uma estrutura multidisciplinar, que reporta à Diretora Pedagógica e destina-se a promover a existência de condições que contribuam para a plena integração escolar dos alunos, desenvolvimento do sistema de relações da comunidade escolar e profissional, atuando em estreita articulação com as estruturas pedagógicas, de gestão e administração.

Figura 1: organigrama conforme estatutos



2.5. Localização

A Escola Profissional de Anadia tem em funcionamento dois núcleos na cidade de Anadia: Um na Estação Vitivinícola da Bairrada, sede da Escola, onde funcionam os serviços, laboratórios de Enologia e biologia, sala de provas organoléticas, sala de TIC, biblioteca e 4 salas de aulas. Outro núcleo na rua Fausto Sampaio, composto por 3 blocos urbanos, dois deles com 5 salas de aula cada e estruturas de apoio pedagógico e no terceiro funciona a cozinha, o Bar e sala de Restaurante pedagógicos.

No primeiro núcleo utiliza ainda em regime temporário as vinhas e adega.

2.6. Caraterização Meio Envolvente

A Escola Profissional de Anadia localiza-se no município de Anadia, Região Centro, no Baixo Vouga, agora designada Região Aveiro, na “sub-região” Bairrada.

A maioria dos alunos é oriunda de municípios da região Centro - Baixo Vouga sendo na NUT II que a escola centra os seus estudos de caracterização económica, social e de mercado potencial de emprego, utilizando a organização estatística dos dados, descendo sempre que possível à NUT III ou ao Município.

Para poder efetuar esta caracterização foram Consultados (INE) dados Estatísticos do Censos 2011; Anuário Estatístico da Região Centro -2013/2014; Boletim Mensal de Estatística 2º trimestre 2015.

A Região Centro, em 2013, destacou-se no indicador taxa de emprego por apresentar o valor mais elevado (59,1%) face à média nacional (49,7%).

Para o mesmo período, considerando o segmento dos indivíduos jovens (15 - 24 anos) a taxa de desemprego nacional situou-se em 38,1%, enquanto a Região Centro apresentava um valor de 11,4%. No 2.º trimestre de 2015 o valor desta taxa tinha diminuído para 11,1%, sendo a única região que apresentava valores abaixo da média nacional.

A taxa de atividade (15 e mais anos) no mesmo período de 2015, na Região Centro, situou-se em 58,5% e no Baixo Vouga em 59,5%, valor é superior à média nacional (58,6%).

No mesmo período a taxa de desemprego na Região Centro situava-se em 8,5%, valor aquém da média nacional (11,9%) e o mais baixo das sete regiões portuguesas.

Na Região Centro, a taxa de atividade da população em idade ativa, em 2014, desenvolvia, preferencialmente, a sua atividade nos setores secundário e terciário, ocupando os dois sectores, cotas de população empregada na ordem dos 24,3% e 68,1% respetivamente. No segundo trimestre de 2015 a taxa de atividade era de 59,5% na Região Centro. Este valor é superior à média nacional (58,6%).

Será, normalmente, dedutível que o setor primário ocupava uma importância significativamente baixa (7,6%).

No segundo trimestre de 2015, face a igual período do ano anterior, verificou-se um aumento de constituições de empresas na Região Centro, o que corresponde a um aumento de 15,7% face a igual período do ano anterior, valor acima da média nacional (13%).

Em termos nominais, o índice de volume de negócios na indústria apresentou um crescimento de 2,9% em julho de 2015. No mesmo período a variação homóloga no índice da secção indústria transformadora apresentou em julho de 2015 um crescimento homólogo de 3,5%.

A percentagem de indústrias transformadoras dos setores da alimentação, bebidas e tabaco, da fabricação de produtos minerais não metálicos e das indústrias metalúrgicas e da madeira e cortiça são maioritárias no conjunto do tecido industrial da região, sendo particularmente relevantes as indústrias transformadoras do vinho e seus derivados, as de revestimentos cerâmicos e louças sanitárias e as de metalurgia ligeira.

Esta região do país é detentora de um perfil de especialização regional, fortemente associado às atividades industriais, particularmente nas áreas da cerâmica, metalo-mecânica, restauração e vitivinícola.

No quadro económico ressalta também nesta região a importância do turismo na dinamização da economia nacional e regional, de modo particular, o turismo termal (saúde e bem-estar) e gastronomia e vinhos que apresentam previsões de crescimento nos próximos anos, sendo particularmente relevante nos concelhos de Anadia e Mealhada, com as termas da Curia, Vale da Mó e do Luso. Nestes dois concelhos a capacidade instalada ultrapassa as 2.000 camas.

É de salientar os Polos de Marca Turismo entre os quais destacaríamos o PMT (Pólo de Marca Turística) de Aveiro, abrangendo a antiga NUT Baixo Vouga, incluindo concelhos como: Águeda, Anadia, Oliveira do Bairro, Aveiro, entre outros.

Em 2014, as regiões com maior oferta de estabelecimentos hoteleiros foram o Algarve (24,3% do total), Norte (19,6%), Centro (19,3%).

A região Centro era a segunda região com maior número de estabelecimentos e a terceira com maior capacidade de alojamento (20,9% e 19,3% respetivamente).

Em julho de 2015 a evolução das dormidas foi globalmente positiva, salientando-se as regiões Norte e Centro com 17,5% e 16,1% respetivamente. Neste período verificou-se um crescimento homólogo de 12% com um crescimento real de 14,2% dos proveitos dos estabelecimentos hoteleiros.

Contudo, será de salientar que a capacidade de alojamento se encontra em fase de reestruturação, tendo como metas, entre outras, o aumento anual de hóspedes estrangeiros de 62% e aumento anual de receitas de 10%.

A gastronomia com um conjunto diversificado de produtos permite favorecer economias de escala, potenciando novas oportunidades de negócios geradores de emprego e de rendimento, constituindo o “leitão da Bairrada” e “ovos moles de Aveiro” os ex-libris gastronómicos.

Para reforço do que foi dito salientam-se os consumos energéticos, onde a indústria transformadora e outros serviços absorvem cerca de 70% do consumo total da região.

Em todos os concelhos se verificaram diminuição da população residente intercensos (2001-2011).

Em termos etários o grupo dos 0-14 anos tem um peso próximo dos 13,7%, o grupo dos 15-64 de 63,8% e o grupo com mais de 65 anos na ordem dos 22,5%. O escalonamento etário seguido pela fonte, onde estes dados foram colhidos (Comissão de Coordenação de Desenvolvimento da Região Centro) parece ter obedecido à lógica: população em idade escolar obrigatória, população potencialmente ativa e população potencialmente aposentada.

O nível de escolaridade da população residente distribui-se, aproximadamente, da seguinte forma: sem nenhum nível de ensino 5,9%; com ensino básico 41,7%; com ensino secundário 82,1% e superior 24,9%.

A taxa de escolaridade em 2001-2002 era da ordem dos 17% e a taxa de analfabetismo de 8%, salvo no concelho de Cantanhede, onde esta taxa atingia o valor de 11%.

Genericamente as acessibilidades à Região poderão ser consideradas excelentes, considerando que é atravessada pela linha de caminho-de-ferro do Norte, pela A1 e IC2. No interior da Região existe uma boa rede viária, contudo a acessibilidade à Escola tem condicionantes para as pessoas que não sejam automobilizadas, dado que as grandes estruturas viárias e ferroviárias referidas se situam a distância pouco confortável para percurso a pé.

Os transportes públicos com maior importância para funcionamento da Escola são os transportes públicos escolares, contudo dado o seu carácter concelhio apresentam condicionantes importantes para a deslocação de alunos de fora do concelho de Anadia.

2.7. Stakeholders

Os *stakeholders* da escola dividem em dois grupos internos e externos. Nos internos encontramos a tutela, os associados, os dirigentes, os trabalhadores docentes, os trabalhadores não docentes e os alunos. Os externos são encarregados de educação e pais, fornecedores, organizações parceiras, ordens e associações profissionais, instituições financeiras, comunicação social, comunidade local, regional, nacional e internacional.

2.8. Oferta Formativa

Os Cursos Profissionais são percursos do nível secundário de educação, de dupla certificação, caracterizados por uma forte ligação com o mundo profissional. Estes cursos valorizam o desenvolvimento de competências para o exercício de uma profissão, em articulação com o tecido empresarial local/regional.

Pese embora a Escola estar autorizada pelo ministério da tutela para ministrar outros cursos, atualmente tem em funcionamento os seguintes:

- Viticultura e Enologia
- Gestão
- Restauração - variante Pastelaria/Cozinha
- Restauração - variante Restaurante/Bar
- Desenho de Construções Mecânicas - variante Moldes

3. VISÃO ESTRATÉGICA

Ser uma escola inclusiva, socialmente participativa, centrada numa visão holística das pessoas, nas dimensões física, emocional, intelectual e espiritual, alinhada na satisfação das necessidades para o desenvolvimento socioeconómico local, regional e nacional.

4. SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE

O sistema de gestão da qualidade é a parte do sistema de gestão da organização orientada para se atingirem os resultados, em relação com os objetivos da qualidade, tendo em vista satisfazer, de forma adequada, as necessidades, expectativas e requisitos das partes interessadas (NP EN ISO 9000).

A implementação de um sistema de gestão de qualidade pode apoiar uma EFP, no sentido de aumentar a satisfação dos estudantes e dos restantes *stakeholders*, permitindo assegurar uma confiança acrescida de qualidade de serviços prestados aos seus utilizadores, ao mesmo tempo que contribuem para reforçar a imagem, eficácia e organização interna da instituição de ensino profissional.

A escola com a implementação do sistema passará a controlar e utilizar de forma mais eficaz os seus recursos, nomeadamente através de:

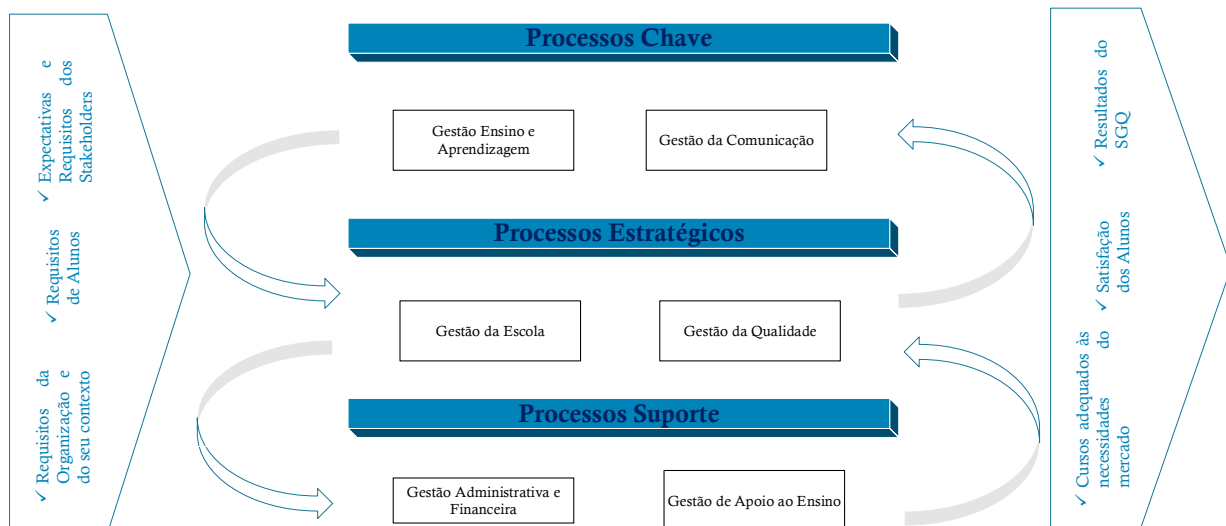
- Melhor organização do trabalho;
- Melhor monitorização dos processos;
- Enquadramento dos indicadores EQAVET nos indicadores de qualidade
- Melhor Monitorização dos indicadores EQAVET
- Maior clarificação de objetivos, responsabilidades e funções;
- Maior eficácia na comunicação interna e externa;
- Documentar o saber fazer através da existência de registos da qualidade;
- Definição das ações que permitem a melhoria contínua do sistema;
- Melhor gestão e a utilização de recursos materiais e humanos.

A implementação e manutenção do sistema de gestão da qualidade da escola obedecem aos seguintes passos:

- Identificar dos seus processos e descrição dos respetivos procedimentos;
- Identificar e determinar a sequência e interação dos processos;
- Determinar para cada processo a metodologia de monitorização de forma a elencar com os indicadores EQAVET;
- Identificar e disponibilizar recursos e informação de suporte;
- Efetivar os métodos de medição e análise dos processos com tomada de ações de forma atingir as metas propostas e a melhoria continua;

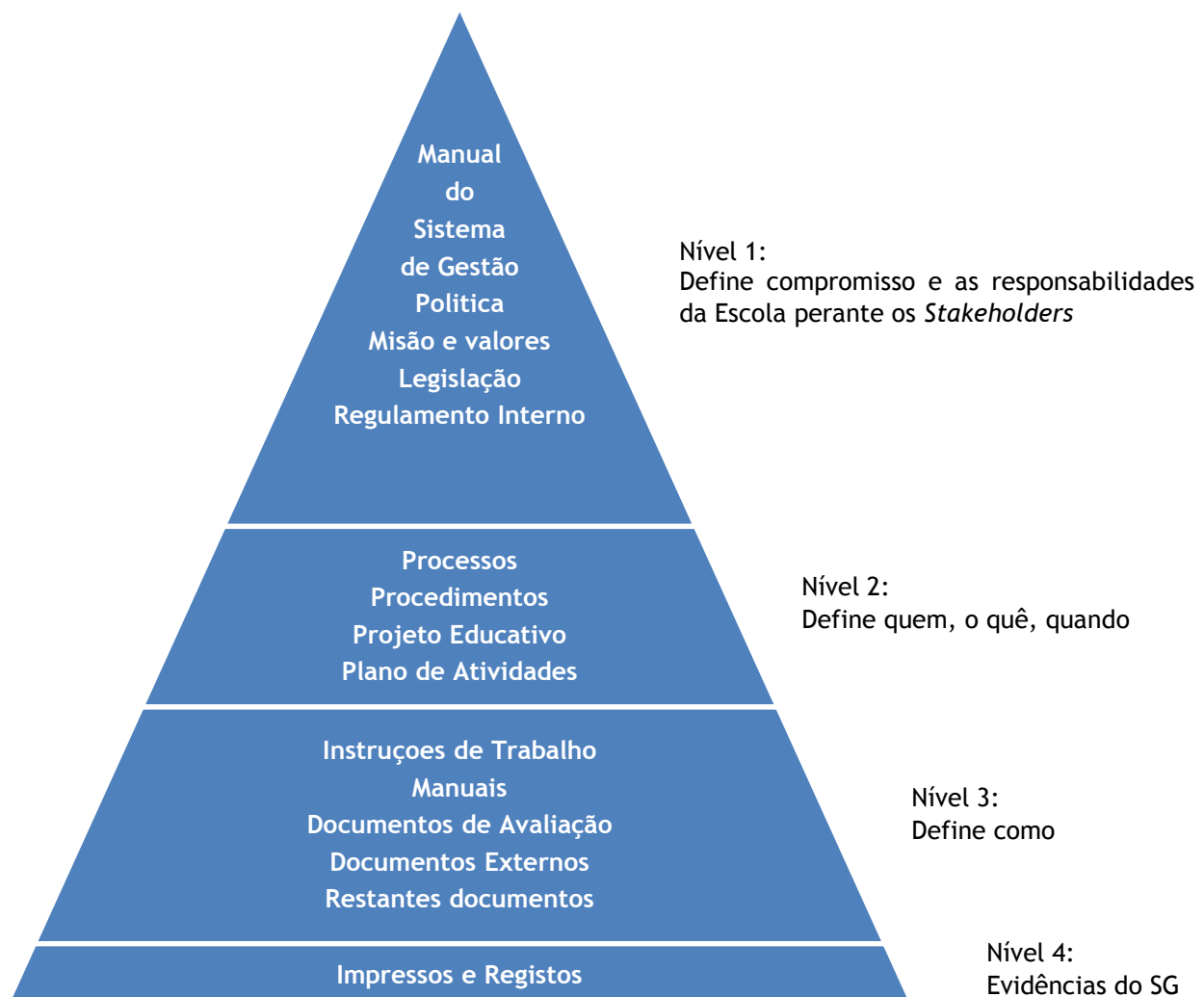
A escola adotou a abordagem por processos representada na figura 2. Esta representa o conjunto de processos que caracterizam o SGQ da escola e subseqüentes interações.

Figura 2: Mapa de processos do SG



A documentação permite a comunicação das intenções e a consistência das ações (NP EN ISO 9000). A organização documental definida para o SGQ da escola é a seguinte:

Figura 3: Estrutura Documental da Escola



5. INDICADORES EQAVET

Conforme indicação da ANQEP (orientação metodológica nº1 de 07/outubro/2015), neste primeiro ciclo de implementação do Quadro EQAVET são analisados um conjunto de três indicadores, dos dez indicadores EQAVET, que vão permitir obter informação para a fase de revisão no processo cíclico de melhoria contínua da EFP.

Os indicadores em estudo são:

Indicador nº 4: Taxa de conclusão em cursos EFP

- a) *Percentagem de alunos que completam cursos de EFP inicial em relação ao total dos alunos que ingressam nesses cursos.*

Os resultados obtidos para estes indicadores estão espelhados no gráfico 1 e gráfico 2.

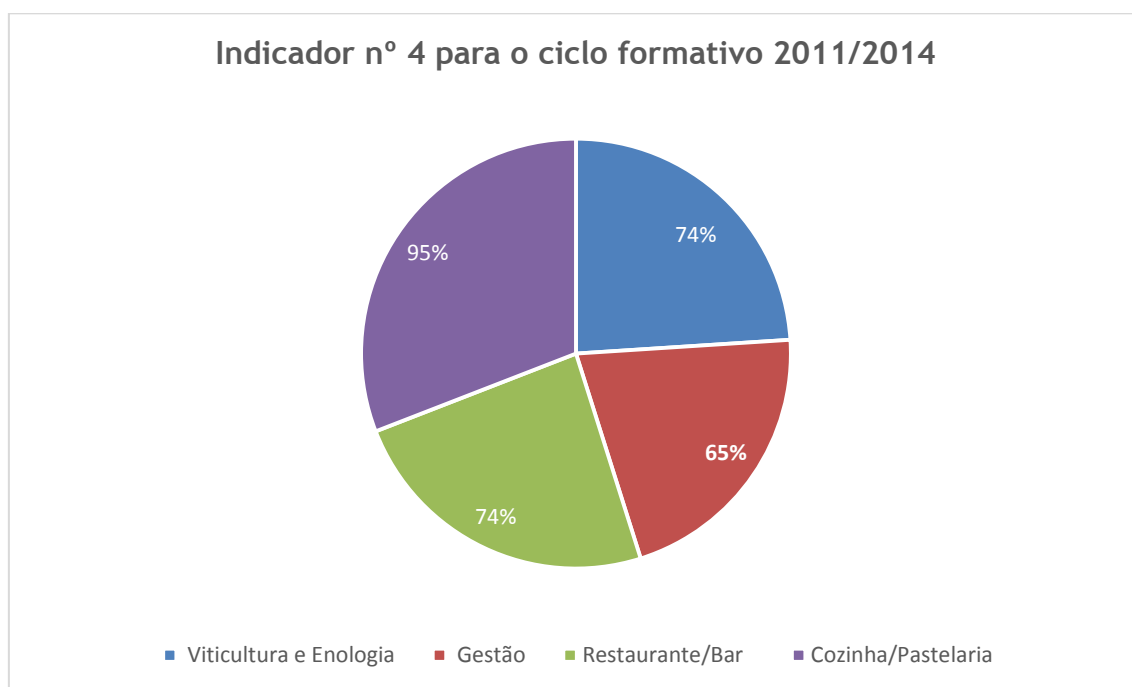


Gráfico 1: resultados para o indicador nº4 referente ao ciclo formativo 2011/2014



Gráfico 2: resultados para o indicador nº4 referente ao ciclo formativo 2012/2015

Indicador nº 5: Taxa de Colocação após conclusão de cursos EFP

- a) *Proporção de alunos que completam um curso de EFP e que estão no mercado de trabalho, em formação ou outros destinos, no período de 12-36 meses após a conclusão do curso.*

Os resultados obtidos para estes indicadores estão espelhados no gráfico 3.

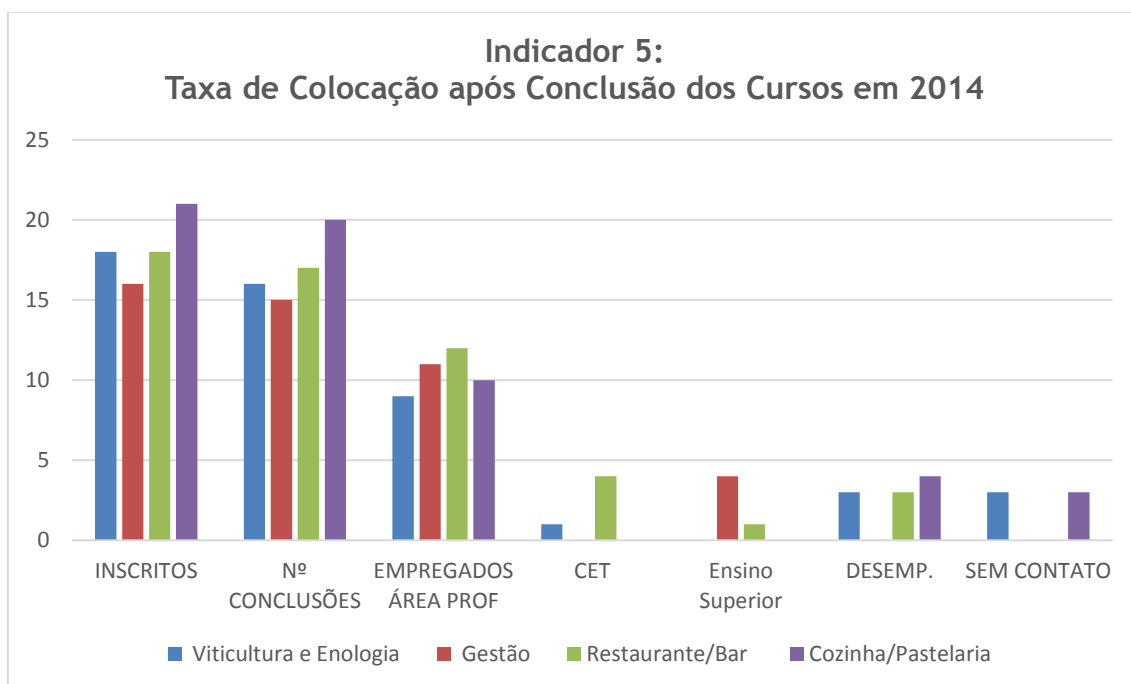


Gráfico 3: Resultados do indicador nº 5

Indicador nº 6: Utilização das competências adquiridas no local de trabalho

- a) *Percentagem de alunos que completam um curso de EFP e que trabalham em profissões diretamente relacionadas com o curso EF que concluíram*
- b) *Percentagem de empregadores que estão satisfeitos com os formandos que completam um curso de EFP.*

Os resultados obtidos para este indicador estão espelhados no gráfico 4.

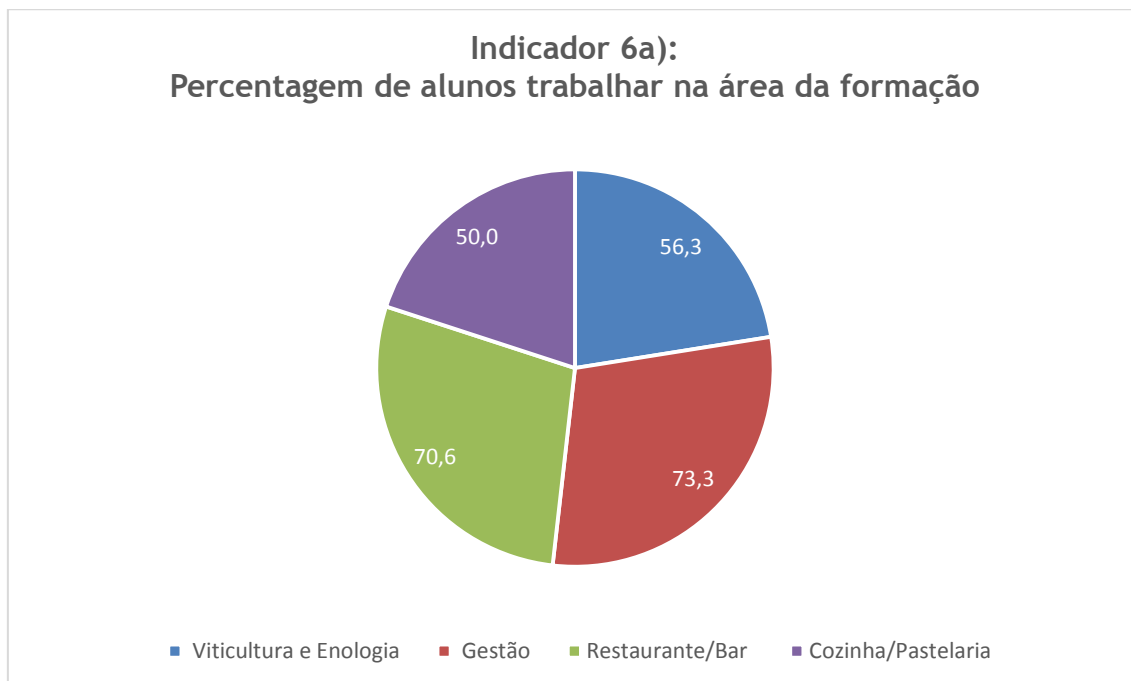


Gráfico 4: Resultados do indicador nº 6a) para os alunos que terminaram o ciclo formativo em 2014.

Apesar de já estar implementado uma metodologia de forma a monitorizar a satisfação das entidades empregadoras, ainda não existe dados suficientes que permita tratar o indicador 6b).